



## **CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Dispensa de Licitação CRCPR nº 38/2019

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA** que entre si firmam o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ**, e a empresa **BRINGER DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA.**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR**, autarquia federal da administração indireta, criada pelo Decreto-lei 9.295/46, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 76.592.559/0001-10, com endereço na Rua XV de novembro, 2.987, em Curitiba-PR, representada neste ato por seu presidente contador **Marcos Sebastião Rigoni de Melo**, portador do CRCPR n.º 22.706/O-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 348.367.729-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **BRINGER DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 94.001.641/0001-57, com endereço na Rua Frei Belino Maria Treviso, 109, bairro Santos Dumont, CEP 83040-540, São José dos Pinhais – PR, neste ato representado pelo procurador **MICHEL SFREDO**, portador do RG n.º 1091900751 SSP-RS e inscrito no CPF sob o n.º 633.746.410-91, a seguir denominada **CONTRATADA**, celebram este contrato para prestação de serviços de transporte de cargas, que se regerá pela Lei 8.666/93, e pelas cláusulas seguintes, originadas do Procedimento **Licitatório nº 038/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma como segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de transporte de carga de materiais de expediente e gêneros alimentícios não perecíveis localizados na sede do CRCPR, em Curitiba-PR, com destino nos Escritórios Regionais do CRCPR nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel e Toledo, todas no Estado do Paraná.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os serviços ora contratados consistem em transportar 31 (trinta e uma) caixas, retirando-as na sede do CRCPR, localizada à Rua XV de Novembro, 2987, Alto da XV, Curitiba-PR, CEP 80045-340, com destino aos locais especificados abaixo, nas seguintes dimensões e especificações:

**a) Escritório Regional do CRCPR em Cascavel**

4 caixas de 4kg cada (35 x 35 x 45 cm);

2 caixas de 25 kg cada (25 x 35 x 45 cm);

5 caixas de 25 kg cada (30 x 30 x 45 cm);

Rua Salgado Filho, nº 1882, Centro, Cascavel-PR, CEP 85801-190;

Telefone: (45) 3223-2190;

Responsável pelo recebimento: Jaqueline A. F. Kohler;

Valor total dos itens a serem entregues: R\$ 2.023,06.

**b) Escritório Regional do CRCPR em Londrina**

2 caixas de 4 kg cada (35 x 35 x 45 cm);

3 caixas de 25 kg cada (25 x 35 x 45 cm);



5 caixas de 25 kg cada (30 x 30 x 45 cm);  
Rua Espírito Santo, nº 199, Centro, Londrina-PR, CEP 86010-510;  
Telefone: (43) 3375-0591;  
Responsável pelo recebimento: Guilherme Cristiano Ribeiro;  
Valor total dos itens a serem entregues: 1.859,57.

**c) Escritório Regional do CRCPR em Maringá**

2 caixas de 4 kg cada (35 x 35 x 45 cm);  
3 caixas de 25 kg cada (25 x 35 x 45 cm);  
4 caixas de 25 kg cada (30 x 30 x 45 cm);  
Avenida Carneiro Leão, nº 135, sala 404, Centro, Maringá-PR, CEP 87013-932;  
Telefone: (44) 3262-2421;  
Responsável pelo recebimento: Flávio Forcelli;  
Valor total dos itens a serem entregues: 1.480,57.

**d) Escritório Regional do CRCPR em Toledo**

1 caixa de 25 kg (30 x 30 x 45 cm);  
Largo São Vicente de Paula, nº 1333, 3º andar, sala 30, Centro, Toledo-PR, CEP 85900-215;  
Telefone: (45) 3378-2123;  
Responsável pelo recebimento: Rogério da Silva Oliveira;  
Valor total dos itens a serem entregues: 215,29.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá realizar o embarque dos objetos, acondicionando-os corretamente, e identificando, quando necessários, as embalagens, bem como realizar o desembarque e entrega dos objetos nos locais de destino.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços ora contratados, o valor global de **R\$ 2.225,78 (dois mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos)**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, combustível, pedágios, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação que incidam ou venham a incidir sobre a prestação do serviço, observadas as normas e a legislação vigente.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura desse instrumento.

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela funcionária Joselda Mara Velho, e-mail [joselda.velho@crcpr.org.br](mailto:joselda.velho@crcpr.org.br) – fone: (41) 3360-4750.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A fiscalização será exercida no interesse do CRCPR e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por





quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com este contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de retirada dos objetos da sede do CRCPR, em Curitiba-PR.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os serviços de carga e descarga dos objetos deverão ser realizados de segunda à sexta-feira, das 08h30 às 17h00.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além da prestação dos serviços supracitados, necessários para a perfeita execução do objeto da presente licitação, obriga-se a:

I - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes deste Contrato e Termo de Referência do **Processo de Dispensa nº 38/2019**, assim como, acatar as disposições nele previstas;

II - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na apresentação da proposta e na assinatura do contrato;

III - Arcar com todos os custos necessários à completa prestação dos serviços, incluindo transporte, ferramentas, combustível, pedágio, equipamentos de segurança, entre outros necessários;

IV - Transportar os materiais ao seu destino, tomando todas as cautelas necessárias para mantê-los em bom estado, respeitando o prazo de entrega e retirada dos objetos constantes na Cláusula Quarta;

V - Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes;

VI - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade na execução dos serviços;

VII - Responder por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, na prestação dos serviços de transporte;

VIII - Comunicar à CONTRATANTE, por meio do fiscal de contrato, acerca de avarias e extravios ocorridos durante o transporte no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

IX - Substituir ou ressarcir os bens avariados ou extraviados no transporte, no prazo de 10 (dez) dias úteis, por outro bem idêntico e de primeiro uso, mediante consentimento do CRCPR, ou, quando não for possível a reposição, realizar o ressarcimento pecuniário no valor integral do bem;





X – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações do CONTRATANTE:

- I – Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- II – Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- III – Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- IV – Permitir o acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços;
- V – Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;
- VI – Acompanhar, conferir e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato, através de funcionário especialmente designado pelo CRCPR;
- VII – Efetuar os pagamentos devidos;
- VIII – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;
- IX – Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- X – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- XI – Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços;
- XII – Receber os serviços sempre que atenderem aos requisitos do Contrato ou indicar as razões da recusa.

### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objetos do presente contrato correrão à conta do orçamento geral do CRCPR para o exercício de 2019, Projeto nº 5001 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, conta nº 6.3.1.3.02.06.005 – Fretes e transportes de encomendas.

### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento pela prestação dos serviços, depois de atestados pela fiscalização do contrato, será efetuado pelo CRCPR até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança correspondentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 03 (três)





dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os pagamentos, mediante emissão de qualquer ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Juntamente com as notas fiscais/faturas, deverão ser apresentadas as certidões negativas de débitos, devidamente atualizadas, junto ao FGTS, Receita Federal do Brasil e comprovante de optante pelo SIMPLES NACIONAL, se for o caso.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA para consigo, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, gera à CONTRATADA o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para pagamento de mora de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore-die*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa RFB 1234/2012, suas posteriores alterações ou outra norma que venha a substituí-la. Cabe à CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei no 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, suas alterações posteriores ou outra norma que venha a substituí-la.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I – Advertência;





II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE):

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

III - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva notificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA o valor devido será abatido da garantia. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado de forma administrativa e/ou judicial.

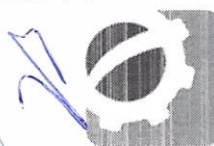
**PARÁGRAFO QUARTO** - As sanções previstas nos incisos I e III desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, desta cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;





c) judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas, à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para quê, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não acatamento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA -- DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná, para dirimir as questões oriundas da aplicação e interpretação do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e convencionadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma.

Curitiba, 30 de abril de 2019.

Contador **MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO**  
Presidente do CRCPR

**MICHEL SFREDO**

Representante legal da BRINGER DO BRASIL AGENCIAMENTO DE  
CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA



